

A produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década (2008-2018)*

Mônica Franch^I Silvana Nascimento^{II} 

Introdução

Este artigo tem como objetivo realizar um balanço da produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década, de 2008 a 2018. Esse período pode ser caracterizado por mais uma expansão nessa produção, que abrange novos cenários e temáticas, ao evidenciar distintos contextos etnográficos, em variadas regiões do país, além de demonstrar um aprofundamento de abordagens teóricas previamente existentes. Podemos dizer que esse balanço, um tanto desafiador, não pôde dar conta da totalidade das produções existentes nem de suas autoras e autores, mas pretendeu mapear as principais linhas temáticas que se desenharam nos últimos dez anos, como se poderá demonstrar ao longo do texto.

Para começar, a rica e ampla produção sobre gênero e sexualidade na área de antropologia, a nosso ver, só pode ser apreendida pela longa trajetória desse campo de estudos no Brasil, que começou nos anos 1970. Desde o início, esse campo teve caráter multidisciplinar e, a partir dos anos 1990, e com mais força nos anos 2000, as pesquisas em

antropologia passaram a ganhar mais visibilidade e ramificaram-se por diferentes eixos temáticos, como se poderá observar ao longo do texto.

Ressaltamos que a produção na última década precisa ser localizada no contexto político do país num período marcado pelo avanço de setores conservadores em áreas estratégicas de poder e pela consequente ameaça à ampliação e à manutenção das conquistas no campo democrático. Se foge do escopo deste artigo discutir o complexo cenário atual, escolhemos alguns eventos como marcos que enquadram o contexto político e acadêmico em volta da produção analisada. Do ponto de vista das conquistas, destacamos o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, e a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, medidas que vieram acompanhadas da implementação de políticas públicas para mulheres e LGBTQI+, promovidas pela Secretaria Especial da Mulher e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ambas ligadas ao Gabinete da Presidência da República na época. Tais medidas, implementadas no primeiro mandato de Lula, faziam parte de um am-

*Dedicamos este artigo a Mariza Corrêa (1945–2016), *in memoriam*.

^IDepartamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: monicafanchg@gmail.com

^{II}Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil. E-mail: simples.humano@gmail.com
Recebido em: 21/08/2019. Aprovado em: 03/03/2020

biente favorável ao debate público e à produção de conhecimento em torno de gênero, sexualidade e direitos humanos, temáticas que foram objeto, também, de editais específicos de pesquisa e extensão. Nesse período, impulsionadas pelas políticas públicas federais, foram instaladas diversas coordenadorias, secretarias e serviços voltados à defesa da cidadania de mulheres e LGBTQI+ em diversos municípios e estados brasileiros. Já do ponto de vista da política acadêmica, ressaltamos o lançamento, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que resultou na abertura de novos *campi* universitários e cursos de graduação, e também dos primeiros cursos de bacharelado em antropologia, além da ampliação da oferta de vagas para contratação de professores(as). Tal expansão foi acompanhada por um impulso à abertura de cursos de pós-graduação, também na área da antropologia, muitos deles em universidades consideradas periféricas¹.

A década em análise também deve ser caracterizada com base no movimento de *backlash* empreendido por setores conservadores, muitos deles abertamente fundamentalistas. Entretanto, também é importante notar que assistimos a um rejuvenescimento das lutas feministas, do movimento negro e LGBTQI+, fenômeno que encontra um solo fértil também fora de nossas fronteiras. Assim, em contraste com um cenário de apoio à produção de conhecimento em gênero e sexualidade, passamos a assistir à articulação e ao fortalecimento de setores que se apoiam nas teses da ideologia de gênero na tentativa

de deslegitimar esse campo. Se os ataques começaram nos ensinos fundamental e médio, associados aos projetos de Escola sem Partido, nesse momento, voltam-se para o ensino superior, alvo, por um lado, de controle e escárnio e, por outro lado, da desidratação das fontes de financiamento. Além disso, a deriva autoritária no país tem gerado situações de incerteza e até mesmo insegurança para as(os) pesquisadoras(es) e ativistas dos direitos humanos e das questões de gênero, como ficou palpável com as perseguições a Débora Diniz (UnB) e Sonia Maluf (UFSC). Cabe ainda salientar que esses retrocessos e ameaças vêm sendo monitorados de perto pelo Comitê de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia, sempre uma voz atenta na defesa dos direitos humanos e da democracia no Brasil. Resumindo, o cenário em que esse balanço vem a lume se apresenta como uma encruzilhada. Por um lado, a produção de 2008–2018 na área de gênero e sexualidade mantém sua vitalidade e reflete os esforços para a expansão e democratização do ensino superior; por outro, a área é alvo de ataques e ameaças, podendo comprometer a sobrevivência de um campo que é, atualmente, um dos mais profícuos na antropologia realizada no Brasil.

Pela impossibilidade de abraçar toda a atividade em torno de gênero e sexualidade na antropologia brasileira dos últimos dez anos, fizemos alguns recortes estratégicos. Em primeiro lugar, listamos os principais balanços ou retrospectivas da produção das ciências sociais, e da antropologia, em gênero e/ou sexualidade desde os anos 1980 para

1 O fortalecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que receberam dotações orçamentárias para a ampliação das bolsas e financiamento de projetos de pesquisa, marcaram o período até o ano de 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff, quando se deu o primeiro corte significativo dos recursos destinados às universidades federais, que concentram a maioria da produção acadêmica no país.

compreender como esses balanços tinham sido realizados até agora. A leitura desse material (por volta de 30 artigos) foi um procedimento necessário para evidenciar as continuidades e descontinuidades na produção brasileira em gênero e sexualidade, permitindo situar de uma maneira mais precisa a produção do período em análise (2008 a 2018). Também foram analisados os grupos de trabalho (GT) que apresentavam temáticas de gênero e/ou sexualidade, nos anos de 2008 a 2018, dessa vez para conhecer a visibilidade das temáticas nos seguintes eventos: Reunião Brasileira de Antropologia, Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e Reunião de Antropologia do Norte e do Nordeste (Abanne), Reunião da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs²). Os balanços bibliográficos anteriores, seguidos de uma breve análise dos eventos, são a base da primeira parte deste artigo.

Em segundo lugar, fizemos uma seleção de periódicos especializados e/ou vinculados a programas de pós-graduação em antropologia³, nos quais procuramos os artigos publicados por antropólogas(os)⁴ e os catalogamos pelas temáticas estudadas, ano de publicação, local e instituição de origem das autoras e autores. Esses dados foram analisados e são discutidos na segunda parte deste artigo, intitulada “Eixos temáticos”. Para evitar possíveis perdas e também para ter uma noção mais clara da composição dos volumes, a busca não foi feita por palavras-chave: todos os números publicados entre 2008 e 2018 nos periódicos selecionados foram acessados e pesquisados, totalizando um quantitativo de 522 artigos consultados. Todos os artigos foram considerados na análise, mas, por limitações de espaço e para evitar privilegiar algumas(alguns) autoras(es) em detrimento de outras(os), apenas os dos-

-
- 2 Não foi possível analisar os encontros temáticos (Fazendo Gênero, Desfazendo Gênero, Enlaçando Sexualidades e REDOR) pelo volume de dados ali contidos. Informamos que também foi feito levantamento de coletâneas e livros, mas não foi possível fazer análise e incorporar os dados para esse momento. Nossos agradecimentos à equipe de pesquisa que nos ajudou nesses levantamentos, composta de: Ana Carolina Azevedo, Luiza Arouca, Júlio Cesar Ferreira de Oliveira e Sabrina Damasceno, estudantes de graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e integrantes do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU/USP).
 - 3 Periódicos da área da antropologia (em alguns casos, ciências sociais): *Vibrant* (Associação Brasileira de Antropologia/ABA), *Anuário Antropológico* (Universidade de Brasília/UnB), *Mana* (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ), *Revista de Antropologia* (USP), *Horizontes Antropológicos* (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS), *Ilha* (Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC), *Vivência* (Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN), *R@U* (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar), *Antropológicas* (Universidade Federal de Pernambuco/UFPE), *Amazônica* (Universidade Federal do Pará/UFPA), *ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste* (Universidade Federal do Mato Grosso/UFMT), *Antropolítica* (Universidade Federal Fluminense/UFF), *Sociologia & Antropologia* (UFRJ), *Áltera* (Universidade Federal da Paraíba/UFPB), *Revista Mundaú* (Universidade Federal de Alagoas/UFAL), *Política & Trabalho* (UFPB), *Sociologia & Antropologia* (UFRJ). Revistas especializadas: *Cadernos Pagu* (Universidade Estadual de Campinas/Unicamp), *Bagoas* (UFRN), *Artemis* (UFPB), *Gênero, Labrys – Estudos Feministas*, *Revista de Estudos Feministas* (UFSC), *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Centro Latino-americano em Sexualidade e Saúde/CLAM, Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ), *Periódicus* (Universidade Federal da Bahia/UFBA), *Caderno Espaço Feminino* (Universidade Federal de Uberlândia/UFU), *Feminismos* (UFBA), *Cadernos de Gênero e Diversidade* (UFBA).
 - 4 Consideramos antropólogas(os) aquelas pessoas que têm formação na área e/ou que atuavam em departamentos/programas de antropologia. Sabemos que essas fronteiras, de certo modo, não refletem o caráter interdisciplinar desse campo de estudos, mas optamos por esse critério ante o convite que nos foi feito para produzir um balanço na área de antropologia.

siês e suas organizadoras(es) foram nomeados e incluídos na bibliografia.

Uma mirada cronológica: o que dizem os balanços anteriores

De 1985 até hoje, pudemos levantar mais de 30 artigos, algumas coletâneas e dossiês, que procuraram organizar e refletir sobre a produção em gênero e sexualidade nas ciências sociais no Brasil. Grande parte desse material foi produzido nos anos 2000 e dobrou de tamanho a partir de 2014, o que demonstra o aumento de pesquisas na área nos últimos 10 anos. Há textos voltados especificamente para a antropologia, outros mais abrangentes, alguns envolvendo determinadas regiões do Brasil e aqueles centrados em temas mais específicos.

Os primeiros balanços evidenciam que, até a década de 1990, os estudos de gênero eram pensados como uma área separada dos estudos sobre sexualidades. Aos poucos, suas fronteiras borraram-se e ganharam contornos menos definidos, com problemáticas transversais. Um dos primeiros levantamentos bibliográficos foi produzido por Albertina de Oliveira Costa, Carmem Barros e Cynthia Sarti (1985), como resultado de uma pesquisa realizada na Fundação Carlos Chagas (FCC). Nesse artigo, as autoras realizam uma reflexão ampla sobre o panorama das pesquisas sobre mulheres produzidas nas ciências humanas, de 1975 a 1984, e apontam as principais tendências temáticas,

levando em conta seus contextos políticos e institucionais. Elas elegem 1975, o Ano Internacional da Mulher, para iniciar suas investigações, quando se realiza a I Conferência Mundial da Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU), que instituiu a Década da Mulher. Naquele momento, no Brasil, os temas feministas, em um ambiente acadêmico demasiado masculino, terminaram por ficar, de certo modo, subsumidos à pauta política, em plena ditadura militar⁵.

Já no início dos anos 1980, surgiram os primeiros núcleos de pesquisa na área em diferentes regiões, como Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo⁶. Costa, Barroso e Sarti (1985) elencam as principais temáticas das pesquisas naquele período, como a participação das mulheres no mercado de trabalho, as relações entre produção e reprodução, organizações familiares e, na área da antropologia, mencionam, rapidamente, uma perspectiva que lança luz sobre diferentes experiências femininas, como as mulheres indígenas, negras, prostitutas, idosas, religiosas, encarceradas etc. Parece haver naquele momento um olhar antropológico voltado para grupos minoritários e periféricos, acompanhando também a produção antropológica de modo mais amplo no Brasil.

Já no fim dos anos 1980, o conceito de gênero passou a ser utilizado como ferramenta teórico-metodológica em diferentes acepções. Como parte dessa reflexão, em 1990, organizou-se o Seminário Estudos sobre a

5 As autoras também destacam o ano de 1978 como um marco importante, quando ocorreram o Seminário A Mulher na Força de Trabalho, no Rio de Janeiro, e o primeiro concurso de pesquisas sobre a mulher brasileira na FCC. Nesse ano, também se criou o Grupo de Trabalho A Mulher na Força de Trabalho no 2º Encontro Anual da Anpocs. Segundo Costa, Barroso e Sarti (1985), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi a pioneira em incluir GT sobre mulheres em suas reuniões, já em 1972, e abriu também para a participação de movimentos sociais que não estavam inseridos nas universidades.

6 Em 1981, outros dois GT foram criados no 5º Encontro da Anpocs: Mulher e Política e Família e Sociedade.

Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas, pela FCC, em São Roque (SP), que resulta no livro *Uma questão de gênero*, organizado por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini, em 1992, e que conta com a participação de três antropólogas, Lia Zanotta Machado, Maria Luiza Heilborn e Claudia Fonseca. Brevemente, Machado (1992) reflete sobre a passagem da categoria “mulher” para “gênero” e sugere uma perspectiva que assuma a existência de assimetrias de poder e de uma relação arbitrária (e não naturalizada) entre sexo e gênero. Heilborn (1992) produz um estado da arte da antropologia da mulher no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, e destaca os seguintes temas: violência de gênero, corpo, identidade e pessoa, papéis sexuais, família, maternidade e reprodução, matrifocalidade, domesticidade, individualismo e homossexualidades⁷. Fonseca (1992), por sua vez, apresenta uma pesquisa etnográfica sobre honra e humor em um bairro periférico de Porto Alegre, artigo que posteriormente será incorporado em seu livro *Família, fofoca e honra* (2000). De certo modo, a coletânea, que se tornou uma referência na produção bibliográfica da área naquele período, revela uma mirada de antropólogas preocupadas com direitos sexuais e reprodutivos e com dinâmicas familiares. Há o esforço de delimitar e compreender como se forma a categoria gênero, preocupação que se estende, e se transforma, até hoje.

Nesse momento, Sandra Azeredo (1994) publicou um artigo na *Estudos Feministas* de-

nunciando a invisibilidade da questão racial na produção bibliográfica sobre gênero no Brasil. Inspirada na mobilização dos feministas negros estadunidenses, a autora aponta a ausência da categoria raça para pensar as formas de opressão de gênero entre as intelectuais brancas brasileiras, como se a categoria gênero pudesse universalizar as desigualdades entre homens e mulheres, deixando de lado o racismo e o colonialismo. Kia Lilly Caldwell (2000), alguns anos depois, também publicou outro texto na mesma revista e corroborou os comentários de Sandra Azeredo (1994), demonstrando a importância da questão racial para pensar gênero. Naquele momento, intelectuais negras, como Lélia Gonzalez, focalizavam suas ações no combate ao racismo, mas também estavam inseridas em espaços acadêmicos e de pesquisa, ainda que com muitos obstáculos e pouca visibilidade e reconhecimento nas universidades. Além disso, as questões das mulheres negras envolviam problemas muito distantes do universo das feministas brancas (Carneiro, 2002), como relações de trabalho e classe, associativismos, religiosidades afro-brasileiras, alimentação, moradia, maternidade etc. Assim, as intelectuais negras já apontavam, nos anos 1980 e 1990, para a necessidade de uma perspectiva que pudesse cruzar marcadores sociais da diferença (Bairros, 1995).

Continuando o mapeamento dos balanços, em 1999, a Anpocs lançou a coletânea *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1975-1995)*, coordenada por Sergio Miceli,

7 Maria Luiza Heilborn reconhece que, apesar do crescimento de pesquisas na área, as principais linhas de financiamento, naquele momento lideradas pela FCC (com apoio da Fundação Ford), estavam concentradas em São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, ela aponta o GT Cultura Popular e Ideologia, da Anpocs, criado em 1981, coordenado por Ruth Cardoso e Gilberto Velho, como um espaço de apresentação de pesquisas na área de antropologia, mulheres e gênero. Também destaca algumas publicações: as revistas *Anuário Antropológico* e *Religião e Sociedade*, a coleção “Perspectivas Antropológicas da Mulher”, que teve cinco edições, de 1981 a 1985, e a coletânea “Espelho de Vênus: identidade sexual e social da mulher” (1981), editada pelo Grupo Ceres.

que traz um artigo elaborado por Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999). Nesse texto, as autoras refletem sobre a institucionalização dos estudos de gênero na academia e apontam os desafios das pesquisadoras em enfrentar temáticas até então pouco reconhecidas nas universidades. Elas elencam os principais temas que emergem desses estudos (trabalho, violência, sexualidade e família) e destacam o grande peso da antropologia no conjunto de pesquisas nessa área. Na década de 1990, houve considerável ampliação dos estudos de gênero no país com a formação de núcleos de pesquisa em diferentes regiões (UERJ, UFSC, UFRN etc.) e a criação de dois importantes periódicos, a revista *Estudos Feministas*, em 1992, e a *Cadernos Pagu*, em 1993⁸.

Partindo de outra perspectiva, Parry Scott elaborou um balanço bibliográfico publicado pelo *Boletim Informativo Bibliográfico* da Anpocs, em 2004, em que busca compreender como a ideia de nação, no Brasil, incorpora as relações entre homens e mulheres e como os modelos familiares vão sendo construídos em diferentes investigações, dos anos 1970 até a década de 1990, em ambientes rurais e urbanos. Scott (2004) menciona, cuidadosamente, variadas pesquisas que pensam família, gênero e poder. Nos anos 1970 e 80, ele menciona a impor-

tância dos estudos feministas para o questionamento do binômio trabalho produtivo e reprodutivo e a centralidade da domesticidade para compreender as relações de poder entre os sexos tanto no meio rural quanto no meio urbano. Já na década de 1990, o autor mostra um enfoque nas questões de gênero no tema família e, cada vez mais, o crescimento de uma multiplicidade de modelos familiares, acompanhando, de um lado, os desdobramentos políticos das conferências internacionais da ONU e, de outro, o período de redemocratização do país.

No que se refere à sexualidade, no início dos anos 2000, identificamos, provavelmente, o primeiro balanço bibliográfico que trata dessa temática na área das humanidades e da saúde coletiva no Brasil, elaborado por Maria Andréa Loyola (2000) e publicado na *Physys*. A autora apresenta uma retrospectiva histórica dos primeiros eventos e publicações que surgiram no início dos anos 1980 e relembra a organização dos primeiros GT na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), destacando um importante protagonismo de antropólogas(os)⁹.

Ainda ressaltamos a publicação de Maria Teresa Citeli *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002)*, lançada em 2005, que resulta de um vasto

8 Nesse período, com relação ao Nordeste, ressaltamos a organização dos encontros da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Criada em 1992 durante uma reunião organizada pelo NEIM/UFBA, a REDOR manteve caráter interdisciplinar, sendo a participação de antropólogas mais fragmentada (Sardenberg, 2005).

9 O I Seminário do Grupo de Trabalho Sexualidade e Reprodução foi realizado em 1983, pela ABEP, no Rio de Janeiro, e contou com a participação de Peter Fry, Aracky Martins Rodrigues, Lia Fukui e da própria autora. Nesse GT, eles reuniram trabalhos de pesquisadoras(es) das ciências sociais, da medicina, da história e da psicologia, que giravam em torno de cinco temas: relações entre os sexos, constituição da sexualidade, identidade, casamento e afetividades e planejamento familiar. Já no II Seminário, um ano depois, organizado por Peter Fry e Maria Loyola, ocorrido em Águas de São Pedro (SP), os trabalhos apresentados ampliaram a reflexão sobre sexualidade, promovendo uma dissociação entre sexualidade e reprodução, sexo e afeto, e que também envolviam a desconstrução de outros binômios, como hierarquia e igualdade, individualidade e coletividade etc., problemáticas que, segundo a autora, são contemporâneas às preocupações desse campo no início dos anos 2000.

levantamento bibliográfico sobre sexualidade e saúde sexual nas ciências sociais, desenvolvido pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), no Instituto de Medicina Social/UERJ¹⁰. Segundo a autora, a partir da década de 1990, desenvolveram-se pesquisas sobre identidades de gênero e orientação sexual e, de forma mais reduzida, sobre mulheres negras e povos indígenas. Ela destaca inovações no âmbito das homossexualidades, que associam conjugalidades e paternidades, e, ao mesmo tempo, aponta para uma escassez de trabalhos sobre a articulação entre sexualidades e gênero masculino, sobre prazer e erotismo e envelhecimento. Indica também a presença de poucos estudos acerca de travestis e ambiguidades das identidades sexuais.

No que se refere à antropologia, Sérgio Carrara e Júlio Simões publicaram, em 2007, um artigo nos *Cadernos Pagu* que não faz propriamente um mapeamento da produção de forma exaustiva, mas ressalta a importância de algumas pesquisas, dos anos 1970 a 1990. Nele, problematizam a ideia de uma identidade homossexual homogênea e exotizada e a aplicação de teorias importadas para pensar as especificidades e diversidades da homossexualidade masculina no país. Os autores mostram como pesquisas antropológicas, dos anos 1980 aos 2000, antecipam os estudos de sexualidade contemporâneos ao enfatizarem a relação entre sexualidade e poder e problematizarem a ideia de uma fluidez das identidades de gênero (Fry, 1982; Perlongher, 1987; MacRae, 1990; Guimarães, 2004)¹¹. De acordo com os auto-

res, com o movimento de combate à aids, nos anos 1990, as configurações do movimento homossexual produzem diferentes modos de construir sujeitos políticos e identidades, que revelam uma tradição específica no ativismo e nas pesquisas em sexualidade no Brasil.

Em 2010, lançou-se uma segunda coletânea organizada pela Anpocs, *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia*, coordenada por Carlos Benedito Martins e Luís Fernando Dias Duarte, com um artigo de Miriam Grossi (2010), “Gênero, sexualidade e reprodução”. Seu artigo focaliza as pesquisas em antropologia de 2000 a 2010 e mostra uma ampliação dos estudos de gênero e de sexualidade em todo o país, nas universidades e fora delas, a criação de novas revistas¹² e a organização de grandes eventos, como o Seminário Internacional Fazendo Gênero, que teve sua primeira edição em 1994 em Florianópolis (SC). No que se refere às temáticas, a autora descreve um leque de investigações que se baseiam, de um lado, em teorias antropológicas e, de outro, nos estudos feministas e da teoria *queer*. Identifica e desenvolve os seguintes temas: violências de gênero, gênero e classe, masculinidades, geração, religiosidade, etnicidade, mulheres negras, direitos reprodutivos (maternidade, paternidade, parto, aborto, homoparentalidades), direitos sexuais, sexualidades, homossexualidades, travestilidades, prostituição e pornografia.

Alguns anos depois, em 2014, Adriana Piscitelli organizou o dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Balanços e Perspectivas, na *Cadernos Pagu*, com ar-

10 O livro está organizado em capítulos que aglutinam áreas temáticas (identidade de gênero e orientação sexual; expressões da sexualidade; instâncias reguladoras da sexualidade; sexualidade, DST e aids; saúde, direitos sexuais e reprodutivos) e, ao final de cada um deles, são apontadas tendências e lacunas.

11 Além dos pesquisadores no Rio de Janeiro e São Paulo, nos anos 1990, é importante ressaltar também as pesquisas de Luiz Mott, na Bahia, e Richard Parker, no Ceará.

12 *Labrys* (UnB), *Bagoas* (UFRN), *Sexualidad, Salud y Sociedad* (CLAM) e *Artemis* (UFPB).

tigos de diversas(os) antropólogas(os) sobre a produção recente feita no Brasil¹³. Piscitelli (2014) mostra, em sua apresentação, uma explosão de pesquisas antropológicas na área a partir dos anos 2000, com a diversificação de temáticas e a ampliação das perspectivas para além das oposições binárias entre masculinidades e feminilidades e entre homossexualidades e heterossexualidades. Também aponta uma produção que focaliza corporalidades, famílias, direitos humanos, feminismos, direitos sexuais e reprodutivos, formas de violência, erotismos, sociabilidades e mercado. Essa coletânea reúne importantes balanços bibliográficos e debates recentes no campo dos estudos de gênero e sexualidade nos anos 2000 na área da antropologia pelo olhar de pesquisadoras(es) que já atuam como um grupo de interlocução há muitos anos e se organizam em torno do eixo Campinas–São Paulo–Rio de Janeiro. De forma muito resumida, Regina Facchini, Isadora Lins França e Camilo Braz (2014) apresentam uma revisão crítica das temáticas que relacionam sexualidade, sociabilidade e mercado em trabalhos antropológicos produzidos no Brasil desde os anos 1960. Maria Filomena Gregori (2014) analisa pesquisas antropológicas contemporâneas a respeito do tema do erotismo articulado a práticas sexuais, gênero e sexualidades. Por sua vez, Adriana Piscitelli (2014) faz um balanço da produção antropológica brasileira sobre trocas sexuais e econômicas na década de 2000, mostrando o aumento expressivo de pesquisas sobre o tema da prostituição e dos mercados do sexo. Júlio Simões e Sergio Carrara (2014) tomam como ponto de partida os debates resultantes das pesquisas apresen-

tadas nos encontros anuais da Anpocs, desde 2004, nos GT sobre sexualidade e gênero. Eles mostram uma transformação das abordagens em torno da diversidade sexual, das sexualidades dissidentes, não normativas e não hegemônicas, e demonstram como os trabalhos refletem sobre essas categorias e práticas e fazem a crítica à homossexualidade como categoria englobante e universalizante, bem como apontam para um número reduzido de pesquisas que articulam raça e classe. Lia Zanotta Machado (2014) opta por realizar uma reflexão sobre como os saberes antropológicos e os movimentos sociais se entrecruzam e se confrontam no campo de gênero e sexualidade, analisando os desafios de pesquisas que pretendem conciliar a diversidade cultural, de um lado, e os direitos das mulheres, de outro. Paula Sandrine Machado (2014) faz um balanço da produção ainda tímida nas ciências humanas e sociais na América Latina sobre questão da intersexualidade e mostra como ela se articula a uma perspectiva feminista e a uma crítica aos protocolos médicos e aos binarismos sexuais. Por fim, Laura Moutinho (2014) faz uma valiosa reflexão sobre a diferença e a desigualdade por meio dos chamados marcadores sociais, evidenciando como pesquisas antropológicas clássicas e recentes articulam gênero, raça, sexualidade e nação.

Com relação aos balanços, vale a pena mencionar, ainda, a pesquisa coordenada por Regina Facchini cujos resultados parciais foram publicados em “Estudos de Gênero no Brasil: 20 anos depois”, em coautoria com Isadora Lins França, em coletânea organizada por Sergio Miceli e Carlos Benedito Martins (2017). Nesse artigo, as autoras fazem uma

13 O dossiê foi resultado de uma série de debates que ocorreram em um pré-evento da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2013, por iniciativa do Comitê Gênero e Sexualidade da ABA e da realização do Simpósio Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Balanços e Perspectivas.

análise panorâmica dos estudos de gênero dos últimos 20 anos, em caráter interdisciplinar, sugerindo uma releitura do artigo de Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj, publicado em 1999. No período analisado por Facchini e França (2017), a categoria gênero já não aparece autossuficiente, mas aliada a outras categorias, como sexualidade, e outros modelos também ganham força e destacam questões mais estruturais de dominação.

Com relação à diversificação das temáticas, Facchini e França (2011) apresentam certa variação em torno dos eixos que Heilborn e Sorj (1999) haviam sugerido, nos anos 1990 – trabalho, violência, sexualidade e família. Agora, nos anos 2000, adicionam o tema do poder, participação política e cidadania, um dos assuntos mais abordados, principalmente, nas revistas disciplinares das ciências sociais¹⁴. Em 51% dos artigos de antropólogas(os) que foram mapeados, a questão dos marcadores sociais da diferença, da sexualidade e dos direitos reprodutivos estava presente. Já o tema das políticas sexuais surgiu em 45% das publicações. As autoras demonstram que, a partir dos anos 2000, houve grande visibilidade das perspectivas interseccionais e notável influência, assim, das produções de intelectuais negras.

Para finalizar, há outros artigos que fizeram balanços bibliográficos que focalizaram regiões ou temas mais específicos, por exemplo, os artigos de Fabiano Gontijo (2015a; 2015b; 2017), alguns em coautoria (Gontijo; Erick, 2015; 2016; 2017), que apresentam as produções específicas realizadas no Piauí e no Pará e também na Amazônia e em áreas rurais,

e a Coleção Bahianas, produzida pelo NEIM da UFBA. Esses artigos e compêndios voltados para o Norte e o Nordeste desvelam a necessidade de dar maior visibilidade à produção realizada para fora do eixo Sul–Sudeste, reflexão que não poderemos aprofundar neste texto.

Como podemos observar, os balanços mencionados aqui, de certo modo, revelam o caráter interdisciplinar dos estudos de gênero e sexualidade e a impossibilidade de limitá-los a um único campo disciplinar, como a antropologia. Contudo, é possível perceber algumas tendências que se direcionaram para certas miradas antropológicas que se revelaram com mais força a partir dos anos 2000, com o incrível crescimento de pesquisas na área, que acompanhou também a ampliação dos programas de pós-graduação em antropologia e sua ramificação por diferentes regiões do Brasil, muitas delas periféricas e que, aos poucos, conquistaram visibilidade e reconhecimento.

Aponta Piscitelli (2014) que as pesquisas recentes em antropologia, em diferentes contextos etnográficos, procuraram romper com as leituras binárias tanto do masculino/feminino quanto da hetero e da homossexualidade. Além disso, os levantamentos e balanços analisados revelam preocupação com a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, acompanhando as pautas dos movimentos feministas e LGBTQI+, com alguns “vazios” que aos poucos foram sendo preenchidos, como é o caso das(dos) intelectuais negras e, mais recentemente, das(dos) intelectuais trans (que não são mencionadas(os) em nenhum dos artigos que pesquisamos)¹⁵.

14 Regina Facchini e Isadora Lins França fazem um levantamento nos seguintes periódicos: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS/Anpocs), *Revista Brasileira de Ciência Política* (RBCP/ABCP), *Virtual Anthropology* (Vibrant/ABA) e *Revista Brasileira de Sociologia* (RBS).

15 Amara Moira, doutora em Teoria e História Literária pela Unicamp e ativista travesti, ao lado de outros pesquisadores trans, tem recentemente realizado esse levantamento no Brasil e no mundo.

Encontros acadêmicos: ampliação e diversificação

Para ficarmos no período em análise, a partir de 2008, eventos acadêmicos nacionais e regionais da área de antropologia passaram a receber um maior número de GT, fóruns e mesas-redondas. Pudemos realizar um mapeamento, ainda que com limitações, dos principais encontros acadêmicos da área de antropologia no âmbito nacional e regional, além do Encontro Nacional da Anpocs. Para este artigo, limitamo-nos a buscar títulos e temas que foram apresentados nesses encontros e não nos detivemos, especificamente, nos trabalhos apresentados.

Com relação às Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (RBA), na última década, mantiveram-se quatro ou cinco GTs a cada edição, sem contar mesas, fóruns, pré-eventos etc. Em 2008, no encontro realizado em Porto Seguro (BA), foram organizados cinco GTs cujas temáticas foram: gênero entre os povos indígenas; subjetividades; gênero, raça e classe; relações étnico-raciais e sexualidades; transnacionalização e migrações. Também houve uma mesa-redonda sobre famílias, conjugalidades e parentalidades contemporâneas e dois fóruns de pesquisa: um sobre gênero, sexualidade e religião e outro sobre antropologia feminista. Em 2010, na edição realizada em Belém, houve a organização de cinco GTs que propuseram temáticas como prostituição, transnacionalização e afetividades, sexualidades, arranjos domésticos e familiares. Não foram organizadas mesas, tampouco fóruns, nesse evento.

Quando a RBA foi sediada em São Paulo, em 2012, foram sete grupos que discutiram temas como prostituição, sexualidades e moralidades; família e geração; gênero entre povos indígenas; arranjos familiares e militâncias. Além disso, houve a organização

de um *workshop* e um simpósio cujos textos foram publicados, posteriormente, em dossiê organizado por Adriana Piscitelli (2014), como já foi mencionado anteriormente. Foram organizadas também uma mesa-redonda sobre aborto e outra sobre estudos de gênero e família negras.

Já em 2014, em Natal, foram montados quatro GTs, apresentando trabalhos sobre sexualidades, prostituição, parto e maternidade e parentesco. Além disso, ocorreram um simpósio especial, “Antropologia, direitos e fundamentalismos”, e a mesa-redonda “Desafios e políticas da sexualidade”. Em João Pessoa, em 2016, também quatro grupos apresentaram pesquisas sobre interseccionalidade e marcadores da diferença, prostituição, esporte e lazer, destacando este último tema como uma novidade. Houve três mesas e dois simpósios especiais debatendo temáticas como biomedicalização, aborto, gênero e sexualidade em áreas rurais e etnicamente diferenciadas, políticas, ativismos e violência e prostituição. Também aconteceu o pós-evento Jornadas Internacionais: Políticas Públicas, Diversidades em Gênero e Educação, reunindo pesquisadores que estavam coordenando cursos de extensão e de formação para professores(as) e outros profissionais.

No último encontro, realizado em Brasília em 2018, houve seis grupos que contaram com apresentações de trabalhos sobre os seguintes temas articulados a gênero e sexualidades: saúde, educação, culturas populares e *performances*, povos indígenas e prostituição. Além disso, ocorreram três simpósios especiais, com temáticas semelhantes às do encontro anterior, como conservadorismos, violência e ativismos, gênero e sexualidade em contextos não metropolitanos, prostituição e mercados do sexo, e mais duas mesas-redondas, também repetindo questões apresentadas em 2016, como a biomedicali-

zação e gênero e diversidade sexual em contextos interioranos.

Quanto aos encontros da Anpocs, que são considerados eventos de abrangência nacional, aglutinam, de forma mais permanente, pesquisadores(as) das regiões Sudeste e Sul. Segundo pesquisa realizada por Arlene Ricoldi (2017), em 1990, no momento de consolidação das pesquisas em gênero no Brasil, na Anpocs criou-se o Seminário Temático (ST) “A Transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais”, por iniciativa de Lena Lavinhas e Lourdes Bandeira, e um ano depois o GT “Relações Sociais de Gênero”, que passou a reunir pesquisas com temas que já estavam sendo gestados na década anterior (mulheres no mercado de trabalho, família e participação política). Esse GT manteve-se até 1996, e depois se criou outro grupo, apenas em 2005, “Estudos de Gênero na Contemporaneidade”, coordenado por Lucila Scavone, Maria Lygia Quartim de Moraes e Luzinete Minella, no qual foram incluídos também os temas da sexualidade e da violência. Esse GT, de certo modo, teve continuidade em 2007 e 2008 e depois não houve edições subsequentes. Com relação aos direitos sexuais e reprodutivos especificamente, em 2001, um ST foi criado por Adriana Piscitelli e Miriam Grossi, “Sexualidade, reprodução, parentesco: novas questões, novos desafios?”, que não se repetiu

nos próximos anos. Em 2004, organizou-se o ST “Corpo, Sexualidade e Identidade”, por Sergio Carrara, Maria Filomena Gregori e Julio Simões, que prosseguiu como o GT “Sexualidade, Corpo e Gênero” no ano seguinte e, de certo modo, houve reedições sucessivas, com poucas alterações do título, alterando entre ST e GT até os dias de hoje.

Afora os eventos de abrangência nacional, a Abanne tem sido um espaço importante para a divulgação de pesquisas no âmbito regional¹⁶. Observamos que, a partir de 2011, os temas dos GTs se diversificaram e alguns receberam maior destaque, como sexualidades (com maior número de trabalhos), interseccionalidade, violências e políticas. Outros temas emergiram pontualmente, como migrações, direitos reprodutivos e ativismos. Se até 2011 a participação na REA/Abanne estava mais voltada para pesquisadoras(es) do Norte e Nordeste, de 2013 em diante houve maior diversificação de pesquisadoras(es) de outras regiões do país e aumento de apresentações de trabalhos na área¹⁷.

Além disso, não podemos deixar de mencionar o congresso Fazendo Gênero, em Florianópolis, que reúne milhares de pesquisadoras(es) de diferentes formações disciplinares no âmbito nacional e internacional, mas que não pudemos mapear aqui. Mais recentemente, há seminários menores

16 Com relação ao Norte e ao Nordeste, a partir do início dos anos 1980, os encontros de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CISO), as Abanne e as REA foram os principais espaços em que as pesquisas em gênero e sexualidade na área puderam ser compartilhadas. A primeira Abanne ocorreu em 1985, na UFPE, no Recife e, em 2007, com expressivo aumento de participação e ampliação de temas, o evento agregou uma nova denominação, abarcando a REA. Já o CISO ocorreu pela primeira vez em 1986, em João Pessoa.

17 Sem entrar em detalhes, em 2011, na III REA e XIII Abanne, realizada em Boa Vista (RR), houve a organização de dois GT, um sobre migrações, fronteiras e gênero e outro sobre interseções de gênero, raça e movimentos sociais. Já em 2013, em Fortaleza, ocorreram três GT, repetindo-se o GT de interseções, um de culturas corporais, sexualidade e reconhecimentos e outro sobre partos, maternidades e políticas do corpo. Também foram organizados uma mesa-redonda e um fórum. Em 2015, a Abanne/REA ocorreu em Maceió e contou com quatro GT, um sobre “a vida social dos direitos”, outro sobre sexualidades, moralidades e direitos, um sobre violência de gênero e o GT sobre interseções, além de três fóruns.

realizados no Nordeste, como Enlaçando Sexualidades, que ocorreu pela primeira vez em 2009, coordenado pelo Grupo de Pesquisa Enlace da UNEB e pelo Grupo de Atuação em Defesa das Mulheres (Gedem), vinculado ao Ministério Público do Estado da Bahia, e o Seminário Desfazendo Gênero, que tem ocorrido em diferentes universidades públicas da Região Nordeste desde 2013¹⁸.

Destacamos, ainda, a celebração de quatro edições do Seminário Internacional Homens, Sexualidade e Reprodução, em 2003, 2005, 2006 e 2017, coordenados pelo Instituto de Apoio ao Pai Adolescente (Instituto PAPAI) e pelo Grupo de Estudos de Masculinidades (Gema), vinculado à pós-graduação em psicologia da UFPE, tendo contado com a participação do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (Fages) na organização das três primeiras edições.

Como tentamos mostrar, rapidamente, houve não somente a ampliação das temáticas que envolvem gênero e sexualidades nos encontros específicos da antropologia, bem como dos encontros voltados para esse campo interdisciplinar, de forma abrangente. Alguns temas permaneceram ao longo dos anos, como o da prostituição e dos mercados do sexo, os de família e dos direitos sexuais e reprodutivos, os de parentesco e os de violência, outros foram surgindo, como contextos não metropolitanos e etnicamente diferenciados, esportes, interseccionalidade e políticas e ativismos.

Eixos temáticos

Com relação aos eixos temáticos, nesta seção apresentamos uma classificação dos

artigos publicados por antropólogas(os) em periódicos especializados e da área de antropologia na última década. A divisão dos artigos por tema não é tarefa fácil, uma vez que, em muitos casos, ocorrem cruzamentos ou ainda recortes de difícil classificação. Embora a proposta dialogue com aquelas de balanços anteriores, uma classificação possível foi elaborada pelas autoras, na tentativa de dar visibilidade às articulações que mais se destacaram nas produções do período analisado. Optamos por citar somente as autorias de organização de dossiês e não citar autorias de artigos, em particular para não personalizar os debates nem reforçar certas hierarquias que, geralmente, se impõem à produção acadêmica.

Família, conjugalidade e reprodução

Este é um dos eixos fortes do período analisado, embora com desigual presença. Família e conjugalidade tiveram uma participação comparativamente modesta, com um único dossiê, Parentalidades, Conjugalidades e Gênero, na revista *ACENO*, organizado por Ana Paula Vencato e Flávio Luiz Tarnowski (2018). Situando-se na renovação dos estudos de parentesco, o dossiê buscou dar foco à dimensão prática das relações afetivas e sexuais contemporâneas, bem como visibilizar a diversidade de arranjos existentes. Ainda sobre esse tema, foram encontrados artigos sobre poliamor, *swing*, festas de casamento, casamentos invertidos (mulheres mais velhas e homens mais jovens), entre outros. A homoparentalidade e as famílias LGBTQI+, que foram destaque em balanços anteriores (Grossi, 2010), parecem não ter

18 Na década de 2010, diversas edições do Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura (chamados inicialmente de Congressos da ABEH) foram realizadas na Região Nordeste (nenhuma edição foi ainda realizada no Norte).

tido tanta importância nesse momento, apesar de perpassarem muitos artigos, mas não como foco principal da reflexão.

Já uma área de forte investimento nesse eixo foi o parto, mais especificamente questões ligadas ao parto humanizado e, em menor medida, à gravidez¹⁹. O interesse que esse tema suscitou reflete a mobilização que ele tem tido, sobretudo entre mulheres de classe média e, especificamente, entre acadêmicas, como fica claro no movimento *Parent in Science*, uma iniciativa surgida em 2017 com o intuito de trazer a público o debate da maternidade no âmbito da produção científica. É possível aventar certo efeito geração, no sentido de que algumas das pesquisadoras que adentraram na área de gênero nas últimas duas décadas estão experimentando, elas próprias, processos de gestação e parto num contexto de mobilização pública em torno desses temas. Pesquisas sobre a maternidade e a adoção também foram tema de alguns artigos. Destaque para o dossiê Antropologia dos Úteros, organizado por Giovana Acacia Tempesta, Rosamaria Giatti Carneiro e Soraya Fleischer (2018), na revista *Amazônica*. Com base em abordagens não essencialistas nem fisicalistas dos úteros, os textos desse dossiê giram em torno de questões como controle dos úteros, ativismo materno e deficiência, prestando especial atenção às questões raciais.

Na trilha dos direitos reprodutivos, destacamos os artigos sobre aborto, tema que esteve no centro do debate público em mais de uma ocasião no período em análise e que continua sendo um desafio tanto em termos de autonomia das mulheres quanto pelos

efeitos deletérios da criminalização. O dossiê Aborto, organizado por Carmen Susana Torquist, Cristiani Bereta da Silva e Mara Coelho Lago (2008), para a *Estudos Feministas*, inclui artigos de diversos contextos nacionais (França, Portugal, Uruguai e Brasil) que refletem embates entre o movimento feminista e a construção das leis, bem como trazem experiências de pessoas envolvidas com o tema. Um segundo dossiê, organizado por Maria Luiza Heilborn (2012) para a revista *Sexualidad, Salud y Sociedad*, sob o título Heterossexualidade, Contracepção e Aborto, traz os resultados de pesquisa desenvolvida em Bogotá, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevideu a respeito de experiências de aborto em distintas faixas etárias e segmentos sociais e tem como principal contribuição a reflexão sobre o aborto no âmbito da heterossexualidade e o manejo contraceptivo. Cabe notar que, com exceção desse dossiê e de alguns artigos sobre contracepção de emergência, contracepção hormonal e esterilização feminina, a contracepção é a grande esquecida neste eixo temático. É urgente, a nosso ver, dar mais visibilidade às trajetórias reprodutivas e às peregrinações contraceptivas, bem como trazer de volta as redes familiares e conjugais ao cenário de nossas pesquisas.

Feminismo, participação política e políticas públicas

Eixo clássico nos estudos de gênero e das sexualidades, a produção em torno dos feminismos e da participação política das mulheres parece ter arrefecido ligeiramente na década em análise, embora tenha

19 Entre outros temas, os artigos abordaram: dor de parto e humanização do parto; subjetividade da gestante e redes de apoio; partos entre mulheres de classe média; doulas; parto, gênero e emoções; direitos reprodutivos e violência obstétrica; hormônios e o movimento pela humanização do parto; gravidez e parto entre os mundukuru, entre outros.

se mantido como um tema importante. Várias(os) pesquisadoras(es) debruçaram-se sobre a chamada hifenização do feminismo. Na tentativa de compreender a renovação do movimento e a pluralidade de posicionamentos possíveis, diversos artigos abordaram questões como: feminismo e trabalhadoras sexuais; feminismo na *web*; feminismo e antropologia; feminismo e Estado; conflito pela terra e mulheres; feminismo cosmopolita; movimento feminista e democracia; feminismo e movimento *queer*; iconografias e corporalidades no feminismo contemporâneo; Marcha das Vadias; feminismo indígena; fortalecimento político de mulheres e conhecimentos tradicionais. Quando nos interrogamos especificamente sobre as mobilizações empreendidas por mulheres das novas gerações, como o Fora Cunha e o movimento secundarista (com exceção da Marcha das Vadias), observamos, entretanto, que apareceram pouco refletidas nos artigos analisados, apesar de sua importância no período analisado. Essa lacuna foi percebida por Regina Facchini e Isadora França (2011), que, em seu dossiê *Feminismos Jovens pela Cadernos Pagu*, pautaram a questão geracional, focando as “jovens feministas” ou as “feministas jovens”.

Já em relação a mulheres e política partidária, encontramos aqui outra ausência na literatura, com apenas dois artigos identificados, mais especificamente sobre mulheres e eleições. Também é digno de nota o número 4, volume 4, da revista *Cadernos de Gênero e Diversidade*, que é dedicado ao tema e inclui uma seção de entrevistas a mulheres que estão na política, algumas delas feitas por antropólogas(os).

Ampliando esse eixo para incluir questões sobre Estado e políticas públicas, o Programa Bolsa Família e seus possíveis impactos de gênero emergiram como uma questão importante. Em funcionamento há mais de uma década, o Bolsa Família centra o repasse de recursos nas mulheres e desperta questionamentos que podem ser resumidos na dicotomia entre política como reprodutora de papéis de gênero *versus* política empoderadora e promotora de autonomia.

Ainda sobre a relação com o Estado, o dossiê “Desenvolvimento, poder, gênero e feminismo”, organizado por Parry Scott e Marion Quadros (2018), problematiza os impactos que grandes obras como a Copa de Mundo têm acarretado para as populações afetadas, sobretudo para as mulheres, numa perspectiva feminista.

Por fim, embora tenha aumentado a atenção às questões raciais em sua relação com a política e os feminismos, esse ainda é um recorte sub-representado, conforme já destacavam Sandra Azeredo (1994), Luiza Bairros (1995) e Sueli Carneiro (2002), entre outras intelectuais.

Violência de gênero e outras violências

A temática da violência de gênero, que foi central nos estudos de gênero nas décadas de 1980 e 1990, teve participação menor nas revistas em análise. Continuaram os artigos que refletem sobre dinâmicas de violência, sobretudo sobre violência sexual²⁰, desapareceram aqueles sobre as delegacias da mulher, mas, em compensação, apareceu um novo problema de pesquisa em torno da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), que tem

20 Artigos sobre estupro e abuso sexual, violência e produção da vítima, violência sexual e justiça criminal, bem como sobre denúncias de estupro contra a mulher indígena.

sido um dos mais importantes avanços em termos de visibilidade e combate à violência de gênero. Destacamos, nesse sentido, o dossiê organizado por Cecília Sardenberg e Miriam Grossi (2015) na *Estudos Feministas*, “Balanço sobre a Lei Maria da Penha”, que aglutina artigos sobre pesquisas em torno da aplicabilidade da lei em contextos específicos, pondo em evidência as dificuldades para sua implementação efetiva.

Já a questão da violência que podemos denominar de urbana e que inclui aspectos como narcotráfico, violência policial e encarceramento das mulheres parece ter crescido nessa década. Esse aumento reflete, por um lado, mudanças nas dinâmicas da violência e, por outro, também no modo de compreender a atuação das mulheres, pondo em destaque sua agência na esfera ligada à criminalidade e no enfrentamento político à questão²¹.

Prostituição e mercados do sexo

Os temas trabalho sexual, prostituição, mercados do sexo e, em menor medida, tráfico de pessoas mobilizam a atenção de diversas(os) autoras(es), muitas(os) das(dos) quais fazem parte da rede articulada pelo Núcleo Pagu, na Unicamp, sendo Adriana Piscitelli uma das principais representantes desses esforços, mas há também investimentos externos a essa rede. Remetemo-nos, nesse sentido, ao balanço realizado pela referida autora para *Cadernos Pagu* (Piscitelli, 2014). Salientamos, igualmente, o dossiê “Pesquisando prostituição e mercados do sexo: contribui-

ções, debates e novos desdobramentos”, na revista *Ártemis*, organizado por José Miguel Nieto Olivar (2014), que representa a vitalidade e importância desse tema para as(os) pesquisadoras(es) de gênero e sexualidades²².

Além de dar visibilidade a uma pluralidade de contextos etnográficos e de sujeitos envolvidos na prostituição, a produção sobre o tema joga luz nas questões transnacionais, quer seja pelos deslocamentos das trabalhadoras, enredadas em trocas que envolvem sexo, dinheiro e afeto, quer seja pelo entrelaçamento entre prostituição e turismo e os espaços fronteiriços. Apesar de existirem diferenças entre as abordagens, dominaram perspectivas que evidenciam a agência das mulheres e uma noção ampliada das trocas que envolvem sexo, dinheiro e afeto, acompanhando a discussão política hoje liderada pela Rede Brasileira de Prostitutas, que defende o reconhecimento legal da profissão.

Gênero, trabalho e educação

A questão do trabalho das mulheres, que apareceu no primeiro balanço pesquisado (Costa; Barros; Sarti, 1985), permaneceu pouco explorada nesta última década. Foi possível identificar artigos sobre cooperativismo e gênero, empreendedorismo, mulheres e economia solidária, trabalho e mulheres solteiras, entre outros. O trabalho doméstico, que foi foco importante das discussões sobre público/privado, produção/reprodução, aparece em alguns artigos sobre diaristas e empregadas domésticas. A relação entre público e privado também retorna sob

21 Exemplos desse novo interesse são os artigos sobre o papel das mães no Rio de Janeiro na luta por justiça e visibilidade para as mortes violentas de que seus filhos são vítimas, mulheres e crime, mulheres e famílias na prisão.

22 Os artigos pesquisados cobrem recortes como: feminismo e trabalhadoras sexuais; Estado, prostituição e violência; turismo sexual; tráfico de pessoas; exploração sexual; prostituição travesti; prostituição feminina; prostituição transnacional; prostituição em contexto indígena, entre vários outros.

o tema emergente do cuidado, destacando-se o dossiê de Helena Hirata e Guita Grin Debert (2016) *Gênero e Cuidado*, nos *Cadernos Pagu*. Alinhada a discussões do feminismo internacional (em torno do *care*), a temática do cuidado tem potencial para reacuar as discussões sobre público e privado, num momento de aprofundamento da precarização no mundo do trabalho, que afeta especialmente as mulheres e as relações de cuidado, sejam essas mercantilizadas ou não.

Em compensação à pouca presença do trabalho como tema (que talvez possa ser creditada à especialização disciplinar, sendo o trabalho uma área muito mais apropriada pela sociologia), artigos sobre educação fizeram-se visíveis, marcando um diferencial com relação aos períodos anteriores. A temática da educação tem sido central no debate público, nomeadamente depois dos ataques contra a chamada ideologia de gênero nas escolas, que galvanizaram as eleições presidenciais em 2018. O avanço conservador no campo educacional não passou despercebido nos artigos, mas também houve forte investimento na descrição e na análise dos resultados de mais de uma década de políticas voltadas à capacitação dos professores da rede básica de ensino em questões de gênero e sexualidade, nos governos Lula e Dilma. Mencionamos, como exemplo, o dossiê organizado por Felipe Bruno Martins Fernandes e Bruna Andrade Irineu (2015), publicado na *Revista Feminismos*, Extensão Universitária em Gênero e Sexualidades. Embora as opções para a realização desse balanço, conforme explicitado anteriormente, tenham deixado de fora um amplo contingente da produção sobre o tema, que se fez

visível em encontros específicos, livros e publicações em revistas da área da educação, os artigos analisados já nos permitem observar o impacto das políticas de gênero na educação em forma de um novo campo de intervenção e pesquisa.

Religião, gênero e sexualidade

Além dos artigos sobre ideologia de gênero, o avanço dos conservadorismos fez-se presente em vários artigos que problematizaram questões relativas à religião, em sua interface com gênero e sexualidade. Parte dessa produção é oriunda de pesquisas etnográficas²³, mas também foram publicados artigos de análise sobre polêmicas nacionais e internacionais em meio televisivo e nas redes sociais. Pela sua notável influência no debate público, as atenções têm se voltado, sobremaneira, às igrejas evangélicas, evidenciando tanto as práticas excludentes como as inclusivas. Resta uma janela aberta para estudos que abordam as reações (adesões e resistências) de outras religiões ao referido avanço conservador, como as religiões de matriz africana, que têm sido alvo constante de ataques.

Por fim, destacamos neste item a contribuição de Horácio Sívori, Emerson Giumbelli, Fabíola Rohden e Sergio Carrara (2017), em dossiê organizado na revista *Sexualidad, Salud y Sociedad*, “Fundamentalismos”, Sexualidade e Direitos Humanos: Interrogando Termos, Expandindo Horizontes, no qual problematizam a ampliação do uso político do termo *fundamentalismo*, incluindo também esferas seculares em que ocorrem controvérsias em torno dos

23 Os artigos trouxeram recortes como: evangélicos, homossexualidade e igrejas inclusivas; Assembleia de Deus, jovens e sexualidade; homossexualidade no judaísmo e entre católicos; Igreja Universal do Reino de Deus e mulheres; umbanda, feminino e sagrado; religião e homofobia.

direitos sexuais e reprodutivos e dos avanços de gênero.

Saúde, gênero e sexualidade

Além das questões ligadas a parto já mencionadas, é possível encontrar diversos artigos que enfatizam a relação entre o campo da saúde e o de gênero e/ou sexualidade²⁴ e ao menos um dossiê específico sobre o assunto (Saúde e Gênero), na revista *Vivência*, da UFRN, organizado por Rozeli Porto, Ana Paula Vencato e Ana Flavia Lucas D'Oliveira (2016). Também organizado por Rozeli Porto, dessa vez em parceria com Patrícia Rosalba Salvador Costa (2017), dossiê na *Cadernos de Gênero e Diversidade* aborda o Zika vírus e as síndromes neurológicas congênitas com base nas suas contribuições para o campo de estudos de gênero.

Importante tópico mobilizador de pesquisas nos anos 1990, a questão do HIV/aids retorna em artigos sobre diversos contextos nacionais e internacionais e sobre temáticas como homossexualidade, ativismo, mulheres, travestis, jovens, entre outras. A maior parte da produção no período concentra-se em dois dossiês publicados no ano de 2018 na revista do CLAM, *Sexualidad, Salud y Sociedad*, organizados respectivamente por Regina Facchini, Thiago Pinheiro e Gabriela Calazans (Prevenção de HIV/Aids, Produção de Diferenças e Processos de Mudança Social) e por Claudia Mora, Mónica Franch, Ivia Maksud e Felipe Rios (2018) (HIV/Aids: Sexualidades, Subjetividades e Políticas).

Destacamos, por fim, artigos que se situam no diálogo entre saúde e sexualidade,

renovando, com base nas novas intervenções disponíveis, questões que estão presentes nas primeiras abordagens sobre sexualidade, principalmente aquelas baseadas no pensamento de Michel Foucault. São objeto de atenção questões como tecnologias de intervenção na sexualidade e políticas sexuais; medicalização, sexualidade e gênero; circuncisão, HIV, cirurgias corretivas e *intersex*; adição sexual; ciência da sexualidade e crianças; vagina pós-orgânica, sexualidade e medicalização; BDSM e psiquiatrização, entre outros temas. Uma amostra desse tipo de abordagem é constituída do dossiê organizado por Fabíola Rohden, Jane Russo e Alejandra Roca (2017) na revista *Horizontes Antropológicos*, Gênero e Sexualidade, Saberes e Intervenções.

Como observamos em relação à questão da educação, o recorte metodológico impede que entrem nessa análise artigos publicados em revistas na saúde coletiva e em áreas correlatas, mas se pode afirmar que essa é uma área de crescente atividade, com autoras(es) trabalhando nas interfaces entre gênero, sexualidade e antropologia da saúde e antropologia da ciência.

Sexualidades: práticas, saberes e direitos

Ora em diálogo com os estudos de gênero, ora de forma independente, uma grande parcela da produção desse período se insere no campo de estudos da sexualidade. São artigos que tratam de diferentes práticas ligadas a expressões da sexualidade, sua relação com instâncias reguladoras da sexualidade, questões ligadas aos direitos sexuais, à socia-

24 Alguns temas identificados foram: diabetes e cuidado de si; hanseníase, gênero e afeto; Mulheres que Amam Demais (MADA); transtornos alimentares; depressão, mulheres e etnografia; medicalização da sexualidade; saúde do homem; testosterona, mulheres e medicina; gerontologia e homossexualidade; hormônios; processo transexualizador; despatologização e identidade trans; intersexualidade; mulheres com endometriose, entre outros.

bilidade e aos mercados do sexo. Entre as expressões da sexualidade, destacam-se práticas dissidentes, incluindo artigos sobre sexo animal e sexo bizarro, erotismo e pornô, *swing*, fetichismo e BDSM. Atenção para o dossiê Pornô, organizado por Bibia Gregori e Maria Elvira Díaz-Benítez (2012), com artigos de cunho etnográfico que dão visibilidade a representações e redes em torno da pornografia não *mainstream*: etnografias de *sex shops* em São Paulo; representações raciais na pornografia *gay*; *altporn*; sexo com animais etc. Expressões ou práticas que poderiam ser enquadradas como *mainstream* têm presença quase nula entre os artigos pesquisados.

Já a relação entre sexualidade e instâncias reguladoras está presente nos artigos mencionados na interface entre gênero, sexualidade, saúde e ciência, problematizando tecnologias de intervenção na sexualidade e políticas sexuais. A biomedicina, especialmente a psiquiatria, mas não apenas ela, assume papel de destaque no disciplinamento e na patologização das expressões menos normativas da sexualidade. Outra instância reguladora em evidência é a justiça, que aparece sobretudo nos artigos sobre pedofilia e pornografia infantil.

Tema clássico nos estudos sobre sexualidades, a sociabilidade está presente em diversos artigos tanto em espaços físicos (bailes de forró e outros circuitos de lazer) como em espaços virtuais (Facebook e outras redes sociais) — embora estes últimos tenham menor presença do que poderia se esperar ante a popularização de aplicativos de paquera e sexo nos últimos anos. Diversos artigos fazem cruzamento da questão da sociabilidade com o mercado, trazendo temas como homossexualidade e mercados, turistas estrangeiros, internet e mulheres heterossexuais, *sex shops*, rádio e mercado LGBTQI+. Sobre esse assunto, remetemo-nos ao balanço já mencionado

de Regina Facchini, Isadora Lins França e Camilo Braz (2014) para a *Cadernos Pagu*, em que o tema é discutido em detalhe.

Destacamos, por fim, a presença de artigos voltados para a temática da sexualidade entre povos indígenas. Nesses contextos, põem-se em questão a universalidade e o rendimento analítico que as abordagens sobre gênero e sexualidade podem trazer, conforme refletido por Cecília McCallum (2013), Patrícia Rosa (2013) e Vanessa Lea (2013), em debate promovido pela revista *Cadernos Pagu* em Alteridade, Gênero, Sexualidade, Afeto.

Diversidade sexual e de gênero

Seguindo tendência apontada nos balanços anteriores, o eixo em torno da diversidade sexual e de gênero explodiu nessa década. São artigos que se apropriam de diferentes terminologias relativas aos sujeitos com base em sua orientação sexual, nas práticas sexuais ou nas identidades/*performances* de gênero — homossexuais, *gays*, travestis, transexuais, bichas, viados, LGBTQI+, lésbicas, sapatão, trans, homens trans, *crossdressers*, *intersex*, não binários. Em meio a uma riqueza de cenários etnográficos e à proliferação dos olhares, é possível destacar algumas tendências mais marcantes.

Em primeiro lugar, percebe-se a multiplicação de estudos etnográficos que retiram sua singularidade de espaços, até então, pouco explorados na literatura sobre o tema, historicamente concentrada nas grandes cidades do eixo Sul–Sudeste. Nas produções pesquisadas nos anos de 2008 a 2018, passaram a aparecer estados como Pará, Piauí, Goiás, Paraíba, Ceará etc. Essas ênfases refletem, por um lado, maior visibilidade da produção de núcleos e grupos de estudos existentes há algum tempo fora do eixo Sul–Sudeste, mas também os efeitos da ex-

pansão universitária (Reuni), acompanhando a trajetória de pesquisadoras(es) que se formaram em centros metropolitanos ou em universidades com grupos de pesquisa em gênero e sexualidades, passaram em concursos públicos nos novos *campi* interiorizados e ali começaram a desenvolver estudos sobre os temas de sua formação.

Os títulos dos artigos enfatizam essa dimensão local das pesquisas: travestis no Pará e no Piauí, bichas de Goiás, *gays* no Pantanal, homossexualidade em Belém, LGBTQI+ Cuiabá, transfeminilidades na Paraíba, políticas LGBTQI+ em Goiás, concursos de Miss Gay, transexuais em Belém, saunas em Campina Grande, pegação em João Pessoa, envelhecimento entre homossexuais no Pantanal, etnografia noturna em Bragança, movimento LGBTQI+ em Cuiabá e Mato Grosso, redes de sociabilidade *gay* e lésbica em Teresina, entre outras. Não que os centros metropolitanos como Rio e São Paulo tenham desaparecido das pesquisas, mas essa diversificação dos cenários merece ser salientada. Destacamos, nesse sentido, os três dossiês organizados por Estêvão Fernandes, Fabiano Gontijo, Martinho Tota e Moisés Lopes nas revistas *ACENO* e *Amazônica*, em torno das questões da diversidade sexual e de gênero em áreas rurais, contextos interioranos e/ou situações etnicamente diferenciadas, mapeando o que os autores denominam de “descenramentos” e “novas axialidades” (Fernandes *et al.*, 2016a; 2016b; Gontijo *et al.*, 2016).

Entre os novos contextos, destacamos a emergência de pesquisas com grupos indígenas. Embora não propriamente uma novidade dessa década, foi no período analisado que o tema adquiriu visibilidade no campo de estudos sobre sexualidades, trazendo um potencial para renovações no estudo das etnicidades.

Quanto à questão das identidades de gênero e/ou orientação sexual, é notável o

predomínio dos estudos sobre *gays* ou homossexualidades masculinas, seguidos dos estudos sobre travestis e transexuais. Em relação a estes, destacamos dossiê organizado por Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) para a revista *Estudos Feministas: Vivências Trans: Desafios, Dissidências e Conformações*. Comparando com a produção de décadas anteriores, apareceram alguns deslocamentos na temática trans: menor ênfase na prostituição; uma mudança nas questões ligadas às intervenções corporais com enfoques mais voltados à indústria farmacológica e menos às tradicionais aplicações de silicone pelas conhecidas bombadeiras; atenção especial voltada para o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) e a relação entre o Estado e as políticas públicas de saúde; ampliação na consideração das vivências trans, incorporando questões ligadas à experiência, como as memórias de infância e o sofrimento. Além disso, homens trans constituem, igualmente, um campo de crescente interesse nas pesquisas, refletindo sua maior visibilidade na década em questão.

Já a temática lésbica continuou menos presente na literatura sobre gênero e diversidade sexual, o que mais uma vez corrobora a invisibilidade das experiências homoafetivas femininas que a militância vem denunciando há tempos. Encontramos artigos sobre as aproximações e diferenças entre a categoria lésbica e homem trans, experiências homoafetivas de mulheres em contextos comparativos internacionais, o envelhecimento entre mulheres lésbicas ou, ainda, expressões de gênero entre mulheres que gostam de mulher. Um único dossiê foi identificado, organizado por Ana Carla da Silva Lemos e Nathalia Cristina Cordeiro (2018) para a revista *Cadernos de Gênero e Diversidade*, contendo artigos apresentados no marco da I Jornada sobre o Pensamento Lésbico realizada em 2017 em

Salvador. Cabe salientar que iniciativas como a I Jornada e o desenvolvimento do Projeto Lésbicas que Pesquisam apontam para uma mudança nesse cenário, que, esperamos, possa ser verificada em futuros balanços.

Houve, por fim, poucas contribuições sobre intersexualidade (Machado, 2014) e menos ainda sobre expressões de gênero minoritárias, como os *crossdressers*. Destacamos, também, que não encontramos nada específico sobre bissexualidade. Essa distribuição, com predomínio do G ante as demais “letrinhas” (parafrazeando Regina Facchini, 2005), confirma tendências anteriormente observadas e permanece como um desafio para os estudos sobre diversidade sexual.

Em relação aos temas, a questão do movimento LGBTQI+, que foi objeto de muito interesse na década de 2000, teve aparição modesta quando comparada à sociabilidade do tipo espontânea ou regulada pelo mercado — festas, saunas, pegações, *putaria*, circuitos de lazer, concursos de beleza *gay* etc. Mobilização política e movimento LGBTQI+ apareceram em artigos a respeito da cidadania homossexual, direitos trans, movimento de travestis e transexuais e movimento LGBTQI+ nos novos cenários anteriormente mencionados. Também é possível encontrar diversos artigos cujo foco de interesse recai nas políticas públicas voltadas para a população trans ou outros coletivos, bem como sobre questões jurídicas. Uma temática surpreendentemente inexpressiva nos trabalhos é a da violência, sobretudo a violência letal contra a população trans, o que é algo a se refletir, ante a dimensão desse fenômeno no Brasil, que é o campeão mundial em transfeminicídio.

Masculinidades

Temática emergente décadas atrás (Grossi, 2010), as masculinidades apareceram em franca recessão, o que contrasta com o vívido interesse nas questões de sexualidade, nomeadamente no campo das sexualidades dissidentes, sugerindo uma migração do interesse de um campo para outro. Há um dossiê sobre o assunto organizado por Rolf Malungo de Souza (2013) na revista *Antropológicas*, contando com artigos sobre questões raciais e masculinidade, além do único artigo identificado na pesquisa sobre masculinidades entre mulheres que gostam de mulher²⁵. Afora os artigos do mencionado dossiê, outros recortes encontrados foram: masculinidades na internet; masculinidade e polícia militar; masculinidades, sujeito e gênero; esportes; masculinidade e raça; masculinidade e ciganos; masculinidade e futebol; medicalização e masculinidade; masculinidade e homossexualidade, além de artigos de caráter mais genérico.

Outros temas

Dossiê publicado na revista *Caderno Espaço Feminista* é responsável pela aparição do tema da alimentação no conjunto de temáticas discutidas (Abdala; Menasche, 2008). Artigos avulsos e um dossiê na revista *Estudos Feministas* (Camargo, 2018) trazem o tema do esporte também para o conjunto de temáticas.

Foram encontrados poucos artigos voltados exclusiva ou prioritariamente a compreender gênero e ruralidade. Duas exceções aparecem em revistas do Nordeste. Uma delas é o dossiê Mulheres em Contextos Rurais, pu-

25 Mara Coelho de Souza Lago e Cristina Scheibe Wolff (2013) também organizaram o dossiê Masculinidades, Diferenças, Hegemonias, na *Estudos Feministas*, mas ele não teve contribuições de antropólogas(os).

blicado na revista *Vivência* (UFRN), organizado por Elisete Schwade e Ellen Woortman (2014), incluindo artigos sobre migração e conhecimentos tradicionais, trabalhadoras rurais e movimentos sociais, mulheres jovens em assentamentos rurais e saberes práticos. O outro dossiê é organizado por Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Fernanda Sardelich Nascimento Gomes (2012) na revista *AntHropológicas*, contando com artigos sobre mulheres rurais e financiamento, juventude rural e sexualidade, mulheres rurais e violência.

Por fim, em contraste com a proliferação de estudos sobre diversidade sexual, a heterossexualidade raramente aparece como tema de pesquisa em si mesmo. Pouquíssimos artigos fazendo referência explícita ao tema foram localizados, abordando recortes como internet e mulheres heterossexuais; representações de jovens heterossexuais sobre a homossexualidade; festas e heterossexualidade, além do dossiê anteriormente mencionado sobre heterossexualidades, contracepção e aborto na revista *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Heilborn, 2012). Esse é um vazio a ser urgentemente preenchido.

Marcadores sociais da diferença e a questão das gerações

Por fim, uma característica marcante na produção desse período tem a ver com o impacto crescente das teorias sobre interseccionalidade. Essa influência expressa-se numa grande quantidade de artigos que tem no título ou nas palavras-chave o descritor “marcadores sociais da diferença”, incluindo temas sobre raça, gênero e nação; raça, gênero e sexualidade; gênero, raça e jovens; gênero, raça e classe; cotas raciais; corpo; baianas, identidade racial e gênero; branquitude e homossexualidade; masculinidade e raça; raça, gênero e políticas culturais; relações de pes-

quisa e o lugar da cor da pele; gênero, raça e classe na universidade, entre outros recortes. É possível perceber o predomínio da tematização da raça em cruzamento com gênero e, em menor medida, com classe social.

Numa abordagem comparativa transnacional, destacamos os artigos resultantes da pesquisa *Relations among “race”, sexuality and gender in different local and national context*, voltada a discutir o impacto do racismo, dos preconceitos e estereótipos sobre gênero e sexualidade, bem como das condições materiais de vida, nos cuidados de saúde (especificamente, mas não apenas, com doenças sexualmente transmissíveis — DST/HIV/aids) em cidades do Brasil, da África do Sul e dos Estados Unidos, com resultados parcialmente apresentados em dossiê organizado por Laura Moutinho e Sergio Carrara (2010), Raça e Sexualidade em Diferentes Contextos Nacionais, na *Cadernos Pagu*. Outro conjunto de reflexões interessante é compilado no dossiê Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, organizado por Aline Bonetti e Ana Carolina Querino (2009) para a revista *Estudos Feministas*.

Se as questões raciais usualmente se articulam com a temática da desigualdade, a temática indígena, quando aparece nos estudos sobre gênero e sexualidade, não está tematizada pelas desigualdades, e sim majoritariamente pelos contextos específicos de experiências de gênero e de diversidade sexual.

Embora ainda com uma presença limitada, é importante destacar a aparição da temática da deficiência, em sua interface com gênero e, em menor medida, com sexualidade, entre o leque de novidades trazidas nas publicações da última década. Destacamos o dossiê organizado por Alfonsina Faya Robles e Ana Cláudia Rodrigues (2018) na revista *AntHropológicas*, da UFPE, sobre deficiência, gênero e cuidado. A temática vem ga-

nhando força pela maior visibilidade e ativismo de coletivos, como o das pessoas surdas, mas também é possível perceber o interesse de pesquisadoras(es) que chegam ao tema a reboque de outras questões, principalmente da síndrome congênita pelo Zika.

A questão geracional, no entanto, foi pouco incorporada. Embora a idade seja um elemento importante, raramente ela é trazida como elemento de análise em cruzamento com as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade ou compreendida como um marcador de desigualdade. Uma exceção é o dossiê sobre gênero e gerações organizado por Márcio Souza e Monica Franch (2012), na revista *Caderno Espaço Feminino*. Quando pensamos o recorte específico a cada “idade da vida”, observamos que a infância é a grande ausente na produção deste período. Há alguns artigos que versam sobre pedofilia e pornografia infantil, mas não são estudos com crianças, e sim em torno de aspectos jurídicos e representacionais. Carecem estudos que mostrem como as dimensões de gênero e sexualidade operam na infância, o que pode ser especialmente difícil na atual conjuntura. Comparativamente, a presença de jovens e adolescentes nos artigos é bem mais evidente²⁶. Destacamos o dossiê já mencionado sobre feminismos jovens (Facchini; França,

2011), em que as autoras adotam uma compreensão de geração com base no contexto e nos termos mobilizados pelas protagonistas de cada movimento. Já em relação à velhice, é possível encontrar um número razoável de artigos que problematizam, sobretudo, questões voltadas à homossexualidade e ao envelhecimento, principalmente masculino, mas também sobre homossexualidade feminina. A idade adulta, problematizada como uma idade da vida, foi encontrada em apenas um artigo sobre mulheres maduras.

Considerações finais

Enfim, encerramos esse balanço, que não pôde abarcar todo o projeto de levantamento que tínhamos quando iniciamos essa jornada, com a percepção de que houve, na última década, notável proliferação de pesquisas antropológicas realizadas no Brasil, em todas as regiões de um país continental, no campo dos estudos de gênero e sexualidades.

Somente na área de antropologia, pudemos levantar a existência, atualmente, de pelo menos 25 grupos e núcleos de pesquisa centrados no tema de gênero e sexualidade, sendo três da Região Sul, sete do Sudeste, seis do Centro-Oeste, cinco do Nordeste e quatro do Norte²⁷. Ou seja, na última dé-

26 Encontramos artigos sobre jovens, sexualidade e sociabilidade; feminismos jovens; travestis adolescentes; religião, jovens e sexualidade; gênero, raça e jovens; iniciação sexual; jovens homossexuais e famílias; amizade, sexualidade, gênero e juventude; juventude, masculinidade e pobreza; juventude rural e sexualidade, entre outros temas.

27 UFRGS: Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (Nupacs); UFSC: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS); UFSCar: Quereres; Unesp/Bauru: Transgressões: corpos, gêneros, sexualidades e mídias; USP: NUMCAS; Unicamp: Pagu; Museu Nacional/UFRJ: Nusex; UFRJ/IFCS: Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG); UERJ: Núcleo de Estudos em Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (NUDERG); UFG: Ser-Tão — Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade; UFMT: Grupo de Pesquisas Gênero, Sexualidade e Família; UFMS: Núcleo de Estudos Néstor Perlongher; UFPE: Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES); UFBA: ENLACE; UFRN: Grupo de Pesquisa Gênero Corpo Sexualidade; UFPB: Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC) e Grupo de Etnografias Urbanas (Guetu); UFAL: Mandacaru; UFPA: SEXGEN; UFAM: Azulilás, GERSECS e Observatório da Violência de Gênero do Amazonas; UNILAB: Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidade (NPGS); UFBA: CUS; UNIPAMPA: Tuna — Gênero, Educação e Diferença; UnB: NEPEM.

cada, houve maior distribuição de pesquisadoras(es) por diferentes universidades, em regiões distintas, que também revelam os desdobramentos das políticas do Reuni.

A ampliação, o fortalecimento e a capilaridade de investigações que possibilitam compreender e complexificar relações de gênero, práticas sexuais, sexualidades, normatividades, socialidades, territorialidades e corporeidades têm colaborado para uma resistência acadêmica à reprodução de formas de desigualdade estruturais e arcaicas na sociedade brasileira. Contudo observamos que essa diversidade nem sempre é refletida nos balanços existentes, que tendem a privilegiar algumas redes em detrimento de outras.

O panorama da década analisada traz como destaque o predomínio de pesquisas etnográficas. Mais do que assistirmos a uma renovação das teorias, o que vemos é a proliferação dos estudos em campos cada vez mais diversificados, o que, por sua vez, termina por renovar as temáticas. Essa diversidade é, do nosso ponto de vista, a maior contribuição do período, que também vem acompanhada da construção de uma antropologia mais implicada, acompanhando as pautas e reivindicações dos feminismos e dos movimentos LGBTQI+. Muitas(os) jovens antropólogas(os), do campo de gênero e sexualidades no Brasil, também são ativistas e têm construído suas pesquisas com base em perspectivas políticas e que também pretendem transformar as realidades das quais fazem parte. Ainda que negras(os) e trans não possuam grande visibilidade no campo da antropologia, de modo geral já se pode notar grande crescimento pelo interesse das temáticas que envolvem os feminismos negros e latino-americanos e dos transfeminismos, crescimento que, esperamos, se fará notar ainda mais nos próximos anos, com a formação de novas(os) antropólogas(os).

Importante ressaltar que ainda há problemáticas que não foram enfrentadas e que devem merecer nossa atenção nos próximos anos, acreditando (sonhando?) na construção de um processo democrático no Brasil. Depois de uma abertura para a descrição e compreensão de práticas, identidades e saberes que vão na contramão da heterocisnormatividade hegemônica, há a necessidade urgente de compreensão densa de modelos de heterossexualidade mais tradicionais, ou conservadores, que acompanham também uma força contrária à autonomia das mulheres, como a legalização do aborto, e que também tapam os olhos ao genocídio das pessoas trans (e negras). Ainda, é necessária uma presença mais representativa de intelectuais antropólogas negras, que possam tornar suas escritas visíveis e que se movimentem contra o racismo e o sexismo estruturais nos sistemas hierárquicos universitários.

Refletindo o pouco interesse pela heterossexualidade, a contracepção permanece uma questão pouco representada, o que significa fechar os olhos para uma experiência compartilhada, e muitas vezes problemática, na vida de uma parcela importante das mulheres brasileiras em suas diversas parcerias afetivo-sexuais. Do mesmo modo, vemos com preocupação o menor interesse nas questões de masculinidades. Será preciso um esforço da nossa parte para compreender o modo como setores conservadores têm conseguido angariar adesões pela manipulação de símbolos associados a certos modelos de masculinidades, como a promessa de facilitar o acesso a armas de fogo. Chamamos, igualmente, a atenção para temas que continuam pouco representados, embora apresentando sinais de mudança, como a temática lésbica. Por fim, pensamos que as ferramentas intelectuais e metodológicas da antropologia podem nos ajudar a lançar novos olhares

para temas e questões que hoje concentram a atenção de outros cientistas sociais, como o trabalho, a política partidária e a questão ambiental, pouco representada.

Nesse sentido, é bom lembrar que o nosso trabalho — como antropólogas(os), docentes de instituições públicas de ensino e pesquisadoras(es) — está cada vez mais precarizado e ameaçado. Ante um cenário de cortes do Ministério da Educação no orçamento das federais, de risco iminente de fechamento de cursos e de perda de autonomia universitária, de poucas(os) professoras(es), servidoras(es) (sem chance de contratações

novas), bolsas e financiamento de pesquisas na área, afora a perseguição ideológica ao tema de gênero que vem sendo encampada nacional e internacionalmente pelo governo atual, quais são as perspectivas para nossos estudos? Pensamos que é com base na radicalidade do pensar e do fazer, na busca do diálogo interno e para fora das nossas fronteiras, na permeabilidade com os movimentos sociais que, nesse momento, resistem ao desmonte e ao retrocesso que pesquisadoras(es) em gênero e sexualidade continuarão (continuaremos) produzindo conhecimento e práticas transformadoras.

Bibliografia

- ABDALA, Mônica Chaves; MENASCHE, Renata. Comida e gênero: repensando teorias e práticas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 19, n. 1, 2008.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. esp., 1994.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Vivências trans: desafios, dissidências e conformações. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 485-488, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X201200020009>
- BONETTI, Aline; QUERINO, Ana Carolina. Retrato das desigualdades de gênero e raça: apresentação. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, 2009.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.
- CAMARGO, Wagner Xavier. O universo dos gêneros nos esportes: descortinando relações. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-3, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: BRUSCHNI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/34, 2002. p. 153-185.
- CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 65-99, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100005>
- CITELI, Maria Teresa. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002)**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil – do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 5-15, 1985.

- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Os feminismos jovens. **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 9-24, 2011.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora. Estudos de Gênero no Brasil. 20 anos depois. *In*: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Sociologia Brasileira Hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. p. 283-357.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; BRAZ, Camilo. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 99-104, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420099>
- FACCHINI, Regina; PINHEIRO, Thiago Félix; CALAZANS, Gabriela. Prevenção do HIV/aids, produção de diferenças e processos de mudança social. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 29, p. 253-262, 2018. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.12.a>
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FERNANDES, Estêvão *et al.* Diversidade sexual e de gênero em áreas rurais, contextos interioranos e/ou situações etnicamente diferenciadas: novos descentramentos em outras axialidades: apresentação. **ACENO**, v. 3, n. 5, p. 10-13, 2016a.
- FERNANDES, Estêvão *et al.* Diversidade sexual e de gênero em áreas rurais, contextos interioranos e/ou situações etnicamente diferenciadas: novos descentramentos em outras axialidades: apresentação. **Amazônica**, v. 8, n. 1, p. 9-12, 2016b. <https://doi.org/10.18542/amazonica.v8i1.4721>
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins; IRINEU, Bruna Andrade. Extensão Universitária em Gênero e Sexualidades. **Revista Feminismos**, v. 3, n. 1, p. 100-107, 2015.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FONSECA, Claudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.310-333.
- FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GONTIJO, Fabiano. Antropologia fora dos eixos? Algumas considerações sobre as particularidades da formação de um campo de pesquisas no Piauí, Brasil, **Revista FSA**, v. 12, n. 5, p. 49-62, 2015a. <http://dx.doi.org/10.12819/2015.12.5.3>
- GONTIJO, Fabiano. As experiências da diversidade sexual e de Gênero no interior da Amazônia: apontamentos para estudos nas ciências sociais. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 1, 2017. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000100017>
- GONTIJO, Fabiano. Sexualidade e ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação? **Vivências**, Natal, v. 1, n. 45, 2015b.
- GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. A experiência da diversidade sexual e de gênero no Pará: espaço público, representações e discursividades. **Revista FSA**, Teresina, v. 13, n. 4, p. 40-59, 2016. <http://dx.doi.org/10.12819/2016.13.4.%203>
- GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Diversidade sexual e de gênero, ruralidade, interioridade e etnicidade no Brasil: ausências, silenciamentos e... exortações. **ACENO**, v. 2, n. 4, p. 24-40, 2015.

- GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Experiências da diversidade sexual e de gênero e sociabilidades na Amazônia. **ACENO**, v. 4, n. 7, p. 249-272, 2017.
- GONTIJO, Fabiano *et al.* Apresentação: ainda sobre novos descentramentos em outras axialidades da diversidade sexual e de gênero. **Amazônica**, v. 8, n. 2, p. 261-262, 2016. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v8i2.5038>
- GREGORI, Bibia. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 47-74, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420047>
- GREGORI, Bibia; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Pornós. **Cadernos Pagu**, n. 38, p. 7-12, 2012.
- GROSSI, Miriam. Gênero, sexualidade e reprodução. *In*: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. D. (orgs.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Antropologia**. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 293-340.
- GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-128.
- HEILBORN, Maria Luiza. Heterossexualidades, contracepção e aborto: uma pesquisa em quatro capitais latino-americanas. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 12, p. 127-134, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000600006>
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler nas ciências sociais brasileiras (1975-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999. p. 183-222.
- HIRATA, Helena; DEBERT, Guita Grin. Gênero e cuidado. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 7-15, 2016.
- LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Masculinidades, diferenças, hegemonias. **Estudos Feministas**, n. 21, v. 1, p. 233-240, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100013>
- LEA, Vanessa. O som do silêncio (Paul Simon). **Cadernos Pagu**, n. 41, p. 87-93, 2013.
- LEMOS, Ana Carla da Silva; CORDEIRO, Nathalia Cristina. Pensamentos e resistências lésbicas feministas, dialogando com teóricas clássicas, contemporâneas e movimentos lésbicos. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, 2018. <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v4i2.26703>
- LOYOLA, Maria Andréa. A antropologia da sexualidade no Brasil. **Physys**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 143-167, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312000000100007>
- MACHADO, Lia. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.
- MACHADO, Lia. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 13-46, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420013>
- MACHADO, Paula Sandrine. (Des) fazer corpo, (re) fazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 141-158, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420141>
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Horizontes das Ciências Sociais: Antropologia*. São Paulo: ANPOCS, Instituto Ciência Hoje, Editora Barcarolla, Discurso Editorial, 2010.

- MCCALLUM, Cecília. Nota sobre as categorias “gênero” e “sexualidade” e os povos indígenas. **Cadernos Pagu**, n. 41, p. 53-61, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000200006>
- MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Sociologia Brasileira Hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.
- MORA, Claudia *et al.* HIV/Aids: sexualidades, subjetividades e políticas. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 30, p. 141-152, 2018. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.30.07.a>
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 201-248, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>
- MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sergio. Dossiê: Raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais. **Cadernos Pagu**, n. 35, p. 9-35, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000200002>
- OLIVAR, José Miguel Nieto. Pesquisando prostituição e marcadores do sexo: contribuições, debates e novos desdobramentos. **Ártemis**, v. 18, n. 1, p. 3-11, 2014. <https://doi.org/10.15668/1807-8214/artemis.v18n1p3-11>
- PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê: a prostituição viril**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PISCITELLI, Adriana. Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 159-199, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420159>
- PORTO, Rozeli; COSTA, Patricia Rosalba Salvador. Zika vírus e síndromes neurológicas congênitas: contribuições para o campo dos estudos de gênero. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, p. 70-72, 2017. <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v3i2.23320>
- PORTO, Rozeli; VENCATO, Anna Paula; D’OLIVEIRA, Ana Flavia Lucas. Apresentação. **Vivência**, v. I, n. 48, p. 7-10, 2016.
- RICOLDI, Arlene. Trabalho, família e política: os estudos de gênero e os grupos de trabalho da Anpocs”. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2017.
- ROBLES, Alfonsina Faya; RODRIGUES, Ana Cláudia. Deficiências, gênero e cuidados. **Anthropológicas**, v. 29, n. 2, p. 1-5, 2018.
- ROHDEN, Fabíola; RUSSO, Jane; ROCA, Alejandra. Gênero e sexualidade, saberes e intervenções. **Horizontes Antropológicos**, ano 23, n. 47, p. 9-26, 2017.
- ROSA, Patrícia. Romance de primas com primas e o problema dos afetos: parentesco e micropolítica de relacionamentos entre interlocutores tikuna, sudoeste amazônico. **Cadernos Pagu**, n. 41, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000200008>
- SARDENBERG, Cecília M. B. Para re-tecer a rede: reflexões sobre a trajetória da REDOR. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENFOQUES FEMINISTAS E O SÉCULO XXI: FEMINISMO E UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA, 1., 2005. **Anais [...]**. Salvador: NEIM/UFBA, 2005.
- SARDENBERG, Cecília M. B.; GROSSI, Miriam Pillar. Balanço sobre a Lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 497-500, 2015. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p497>
- SCHWADE, Elisete; WOORTMANN, Ellen F. Mulheres em contextos rurais. **Vivências**, v. 1, n. 43, 2014.
- SCOTT, Russell Rarry. Família, gênero e poder no Brasil no século XX. **Boletim Informativo Bibliográfico**, n. 58, p. 29-78, 2004.

- SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Moura; GOMES, Fernanda Sardelich Nascimento. Políticas e práticas entre mulheres rurais na busca de autonomia e igualdade. **AntHropológicas**, v. 23, n. 1, p. 9-11, 2012.
- SCOTT, Parry; QUADROS, Marion. Desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018. <https://doi.org/10.1590/1809449201800520000>
- SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sergio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 75-98, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420075>
- SÍVORI, Horácio *et al.* “Fundamentalismos”, sexualidade e direitos humanos: interrogando temas, expandindo horizontes. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 26, p. 171-180, 2017. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.26.09.a>
- SOUZA, Márcio; FRANCH, Monica. Condição e trânsito? Articulando as categorias gênero e geração. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, n. 2, 2012.
- SOUZA, Rolf Malungo de. Um panorama sobre as discussões sobre gênero, masculinidade e poder. **Antropolítica**, n. 34, p. 11-15, 2013.
- TEMPESTA, Giovana A.; CARNEIRO, Rosamaria G.; FLEISCHER, Soraya. Das múltiplas faces da fertilidade: Pensando uma antropologia dos úteros. **Amazônica**, v. 10, n. 1, 2018. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v10i1.5851>
- TORNQUIST, Carmen Susana; SILVA, Cristiane Bereta da; LAGO, Mara Coelho. Dossiê Aborto. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 631-637, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200017>
- VENCATO, Ana Paula; TARNOVSKI, Flávio Luiz. Parentalidades, conjugalidades e gênero. **ACENO**, v. 5, n. 9, p. 11-14, 2018.

Resumo

A produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década (2008-2018)

Este artigo apresenta um balanço da produção bibliográfica em gênero e sexualidades no Brasil na última década, de 2008 a 2018, especificamente na área de Antropologia. O panorama revela uma notável proliferação de estudos, em todas as regiões do país, em campos cada vez mais diversificados, por várias perspectivas etnográficas. Na primeira parte, analisamos alguns balanços realizados anteriormente para compreender as continuidades e as descontinuidades em relação aos períodos anteriores. Também mapeamos eventos acadêmicos nacionais e regionais da área e notamos uma ampliação das temáticas e, cada vez mais, a participação de jovens pesquisadoras(es) nesses encontros, que têm elaborado pesquisas antropológicas mais comprometidas com as pautas e as reivindicações dos feminismos e dos movimentos LGBTQI+, acompanhando-as. Na segunda parte, analisamos periódicos especializados e/ou vinculados a programas de pós-graduação em antropologia e identificamos doze eixos temáticos, observando problemáticas mais recorrentes, como diversidade sexual, sexualidades e mercados do sexo, e outras ainda em recessão, como conjugalidades, masculinidades, movimento de mulheres e participação política feminina. Especificamente na área de Antropologia, há ainda poucas pesquisas publicadas sobre mulheres negras e mulheres lésbicas e bissexuais, a despeito da grande visibilidade da perspectiva interseccional nos estudos de gênero e sexualidade nos últimos anos. Enfim, este balanço não pôde dar conta de toda produção e procurou perseguir as principais tendências dessa área na última década, tentando compreender a contribuição da Antropologia para o amplo campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Balanço bibliográfico; Antropologia brasileira.

Abstract

Anthropological production on gender and sexualities in Brazil in the last decade (2008-2018)

This article presents a literature review about gender and sexuality in Brazil in the last decade, from 2008 to 2018, specifically in the area of Anthropology. The panorama reveals a remarkable proliferation of studies, in all regions of the country, in increasingly diversified fields, from various ethnographic perspectives. In the first part, we analyzed different bibliographical accounts carried out previously to understand the continuities and discontinuities for the previous periods. We also presented national and regional academic events in the area and observed a broadening of the themes and, increasingly, the participation of young researchers in these meetings, who have carried out more involved anthropological researches, which follow the guidelines and demands of feminism and LGBTQI+ movements. In the second part, we analyzed specialized journals and/or those linked to Postgraduate Anthropology Programs, and identified twelve thematic axes, observing more recurrent problems, such as sexual diversity, sexualities and sex markets and others still in recession such as conjugalities, masculinities, women's movement and political participation. Specifically, in the field of anthropology, there is still little research on black women and lesbian and bisexual women, despite the great visibility of the intersectional perspective in gender and sexuality studies in recent years. Finally, this review could not account for all production and sought to pursue the main trends in this area in the last decade trying to understand the contribution of anthropology to the broad field of gender and sexuality studies in Brazil.

Keywords: Gender; Sexuality; Literature review; Brazilian anthropology.

Résumé

Production anthropologique sur le genre et les sexualités au Brésil au cours de la dernière décennie (2008-2018)

Cet article présente un bilan de la production bibliographique en matière de genre et de sexualité au Brésil au cours de la dernière décennie, de 2008 à 2018, en particulier dans le domaine de l'anthropologie. Dans la première partie, nous analysons certains bilans antérieurs pour comprendre les continuités et les discontinuités par rapport aux périodes précédentes. Nous avons également cartographié les événements académiques nationaux et régionaux dans ce domaine et nous avons constaté un élargissement des thèmes et, de plus en plus, la participation de jeunes chercheurs à ces rencontres, qui ont mené des recherches anthropologiques plus impliquées, qui suivent les agendas et les revendications du féminisme et des mouvements LGBTQI+. Dans la deuxième partie, nous avons analysé des revues spécialisées et/ou liées à des programmes de troisième cycle en anthropologie, et nous avons identifié douze axes thématiques, en observant des problèmes plus récurrents, tels que la diversité sexuelle, les sexualités et les marchés du sexe et d'autres encore en régression tels que les conjugalités, les masculinités, le mouvement des femmes et la participation politique des femmes. Dans le domaine de l'anthropologie en particulier, il y a encore peu d'études publiées concernant les femmes noires et les femmes lesbiennes et bisexuelles, malgré la grande visibilité de la perspective intersectionnelle dans les études du genre et de la sexualité ces dernières années. Enfin, ce bilan ne pouvait pas rendre compte de toute la production et a voulu poursuivre les principales tendances dans ce domaine au cours de la dernière décennie en essayant de comprendre la contribution de l'anthropologie au large champ des études sur le genre et la sexualité au Brésil.

Mot-clés : Genre, Sexualité, bilan bibliographique, Anthropologie brésilienne.